

CONTRATO DE FORMAÇÃO N.º (73740)

Percursos - Digital Reskilling

Primeiro: CESAE Digital – Centro para o Desenvolvimento de Competências Digitais, organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com o número de Pessoa Coletiva 503554286, legalmente representado pelo(a) Diretor(a) António Manuel da Luz Pêgo, portador do Cartão de Cidadão n.º 07969965, válido até 03-08-2031 na qualidade de Diretor, conforme despacho do Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional n.º 19/2020, de 3 de agosto de 2020, adiante designado por entidade ou primeiro outorgante.

Segundo: Átilla Roberto Melo Kossatz, portador/a do documento de identificação n.º 18036505, com a data de validade de 11/4/2025, contribuinte fiscal n.º 300282745, residente em Rua Quinta da Campinha N.º 236-A RC/DTO, 4435-406, concelho de RIO TINTO, distrito do Porto, adiante designado por formando ou segundo outorgante.

Entre o Primeiro e Segundo Outorgantes é celebrado o presente contrato, conforme competências delegadas, o qual se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª

Objeto do contrato

- 1 O primeiro outorgante compromete-se a proporcionar ao segundo outorgante, a ação de formação profissional de **Software Developer**.
- 2 Esta ação de formação desenvolve-se na modalidade de **Percursos – Digital Reskilling**, de acordo com a legislação e demais documentos normativos em vigor.
- 3 A componente de formação prática em contexto de trabalho, é realizada numa empresa, designada por entidade enquadradora da formação prática em contexto de trabalho.
- 4 Nos termos do n.º 3 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 242/88, de 7 de julho, o presente contrato não gera nem titula relações de trabalho subordinado e caduca com a conclusão da ação de formação para que foi celebrado.

CLÁUSULA 2.ª

Local, duração e horário

- 1 O processo formativo é assegurado pelo primeiro outorgante decorrendo a formação nas instalações localizadas em Rua de Ciríaco Cardoso, 186, 4150-212, no concelho do Porto ou noutras por ele indicadas, incluindo as instalações da entidade enquadradora da formação prática em contexto de trabalho.
- 2 A formação tem a duração de 1000 horas, com início em 18-10-2023, terminando em 24-05-2024 e decorre de acordo com os horários que vierem a ser fixados pelo primeiro outorgante.

CLÁUSULA 3.ª

Direitos do formando



- 1 O segundo outorgante terá direito a exigir do primeiro outorgante o cumprimento dos deveres previstos na cláusula 5.ª do presente contrato.
- 2 O segundo outorgante tem direito a:
 - a) Receber a formação com base nos referenciais de formação, nas metodologias e processos de trabalho, aplicados à respetiva saída profissional no respeito pelas condições de higiene e segurança no trabalho, exigidos pela legislação em vigor;
 - b) Beneficiar dos apoios sociais que lhe possam ser concedidos, de acordo com a legislação e demais documentos normativos em vigor, atualizados anualmente, sempre que se verifique a revisão do indexante dos apoios sociais (IAS), nos termos do documento em anexo, que é parte integrante deste contrato;
 - c) Beneficiar de um seguro contra acidentes ocorridos durante e por causa das atividades de formação;
 - d) Obter gratuitamente, no final da ação de formação um Certificado de Qualificações e/ou um Diploma e ver registadas na Caderneta Individual de Competências as respetivas competências adquiridas e certificadas, nos termos da legislação e demais documentos normativos aplicáveis;
 - e) Receber informação, orientação profissional e apoio social no decurso da ação de formação;
 - f) Recusar a realização de atividades que não se insiram no objeto do curso.
- 3 Por cada ano completo de formação, considerando-se para este efeito ações com duração igual ou superior a 1200 horas, os formandos podem beneficiar de um ou mais períodos de férias, no máximo de 22 dias úteis, no decurso da ação.
- 4 Para além dos direitos referidos nos números anteriores, o segundo outorgante beneficia do disposto no Regulamento do Formando em vigor no início da formação.

CLÁUSULA 4.ª

Deveres do formando

São deveres do segundo outorgante:

- a) Frequentar com assiduidade e pontualidade a ação de formação, visando adquirir os conhecimentos teóricos e práticos que lhe forem ministrados, em respeito do Regulamento Interno em vigor;
- b) Tratar com urbanidade o primeiro outorgante, seus representantes, trabalhadores e colaboradores;
- c) Guardar lealdade ao primeiro outorgante, e seus representantes, nomeadamente não transmitindo para o exterior informações sobre o equipamento e processos de fabrico de que tome conhecimento por ocasião da ação de formação;
- d) Utilizar com cuidado e zelar pela boa conservação dos equipamentos e demais bens que lhe sejam confiados para efeitos de formação;
- e) Suportar os custos de substituição ou reparação dos equipamentos e materiais que utilizar no período de formação, fornecidos pelo primeiro outorgante e seus representantes, sempre que os danos produzidos resultem de comportamento doloso ou gravemente negligente;
- f) Responder, pela forma e no prazo solicitado, a todos os inquéritos solicitados.
- g) Cumprir os demais deveres emergentes do contrato de formação;

 2/5

- h) Conhecer e cumprir as normas e procedimentos instituídos no Regulamento do Formando, em vigor à data de início da formação.
- i) Sem prejuízo do disposto no número anterior, e atento o previsto na Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, nomeadamente no n.º 3 do artigo 2.º, é dever dos formandos, com idade inferior a 18 anos, frequentar a formação até ao cumprimento da escolaridade obrigatória, competindo aos respetivos encarregados de educação assegurar o cumprimento do referido dever.

CLÁUSULA 5.ª

Deveres da entidade

São deveres do primeiro outorgante:

- a) Assegurar a formação programada com respeito pela legislação e regulamentação em vigor, pelas condições de aprovação da ação de formação e pelo regime de concessão dos apoios a que o formando tenha direito;
- b) Prestar o apoio técnico-pedagógico necessário e adequado à implementação da formação prática em contexto de trabalho;
- c) Proceder, em concordância com a entidade enquadradora da formação prática em contexto de trabalho, ao planeamento, organização e controlo da ação e elaboração do plano individual de atividades a realizar em contexto de trabalho;
- d) Proceder, em consonância com a entidade enquadradora da formação prática em contexto de trabalho, ao acompanhamento técnico-pedagógico dos formandos durante o período em que decorre esta componente de formação;
- e) Facultar ao formando o acesso aos benefícios e equipamentos sociais que sejam compatíveis com a ação frequentada;
- f) Respeitar e fazer respeitar as condições de higiene e segurança no trabalho;
- g) Não exigir ao formando tarefas não compreendidas no objeto do curso;
- h) Cumprir os termos do presente contrato;
- i) Disponibilizar o Regulamento do Formando em vigor, à data de início da formação;
- j) Celebrar um contrato de seguro de acidentes pessoais ocorridos durante e por causa das atividades da formação;
- k) Passar gratuitamente ao formando, no final da ação, um Certificado de Qualificações e/ou Diploma, nos termos da legislação e demais documentos normativos aplicáveis.

CLÁUSULA 6.ª

Faltas

Às faltas aplica-se o disposto no Regulamento do Formando em vigor à data de início da formação.

CLÁUSULA 7.ª

Alterações supervenientes

- 1 Quando, por razões alheias à sua vontade e a si não imputáveis, o primeiro outorgante não puder cumprir integralmente o plano de formação e ou o término definido no n.º 2 da cláusula 2.ª, poderá proceder aos necessários ajustamentos, devendo sempre comunicar por escrito tal facto ao formando.
- 2 As alterações mencionadas no ponto anterior, pelos motivos referidos, não conferem ao formando direito a qualquer indemnização.

CLÁUSULA 8.ª

Cessação do contrato

- 1 O contrato pode cessar por revogação, por rescisão de uma das partes ou por caducidade.
- 2 A rescisão por justa causa, por qualquer das partes, tem que ser comunicada à outra, por documento escrito ou carta registada, devendo dela constar o(s) respetivo(s) motivo(s).
- 3 O contrato de formação caduca quando se verificar a impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva, do segundo outorgante frequentar a ação de formação ou de o primeiro outorgante lhe proporcionar.

CLÁUSULA 9.ª

Financiamento

Esta ação de formação é passível de financiamento pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado Português.

CLÁUSULA 10.ª

Legislação aplicável

Ao presente contrato, em tudo o que for omissivo, aplicar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 242/88, de 7 de julho e demais legislação complementar.

O presente contrato é feito em duplicado e assinado por ambos os outorgantes, destinando-se o original, ao primeiro outorgante e a cópia ao segundo outorgante.

Porto, em 18 de outubro de 2023

O primeiro outorgante,



cesae
digital

Centro para o Desenvolvimento
de Competências Digitais

SEDE: Rua Cláudio Cardoso,
186. 4150-212 Porto Portugal
Contribuinte: 503 554 286

O segundo outorgante,



Anexo 1

MAPA DE SUBSÍDIOS À FORMAÇÃO – CESAE DIGITAL 2023

TIPOLOGIAS APOIOS	Qualificação Inicial de Dupla Certificação - Cursos de Aprendizagem	Outras Modalidades - CET, EFA, Formações Modulares, Digital Reskilling, PLA, Reskilling4Employment, Jovem+Digital, Vida Ativa	Programa Emprego + Digital 2025
Bolsa para Material de Estudo	Escalão A - 163,00€ Escalão B - 81,50€	_____	_____
BOLSAS DE PROFISSIONALIZAÇÃO	até ao valor máximo de 10% IAS	_____	_____
BOLSAS DE FORMAÇÃO	_____	50% IAS	_____
SUBSIDIO DE TRANSPORTE	Até ao limite de 15% do IAS (72,06€). Elegível apenas quando comprovada a impossibilidade de utilização de transportes coletivos	Até ao limite de 15% do IAS (72,06€). Elegível apenas quando comprovada a impossibilidade de utilização de transportes coletivos	_____
SUBSIDIO DE ALIMENTAÇÃO	Atribuído nos dias em que o período de formação seja igual ou superior a 3 horas. Montante para 2023 - 6,00€	Atribuído nos dias em que o período de formação seja igual ou superior a 3 horas. Montante para 2023 - 6,00€	Atribuído nos dias em que o período de formação seja igual ou superior a 3 horas e decorrer em horário pós-laboral. Montante para 2023 - 6,00€
SUBSÍDIO DE ALOJAMENTO	até ao limite de 30% IAS - 144,13€	até ao limite de 30% IAS - 144,13€	_____
DESPESA DE ACOLHIMENTO - quando o formando comprove a necessidade de confiar a terceiros, por motivo de frequência da formação, filhos menores, filhos com deficiência e adultos dependentes ao seu cargo	até ao limite de 50% IAS - 240,22€	até ao limite de 50% IAS - 240,22€	_____

O valor do IAS para 2023 é de 480,43€ de acordo com a Portaria n.º 298/2022, de 16 de dezembro.

Despesas de Transporte (utilização de transportes públicos). Montante equivalente ao custo das viagens realizadas em transporte coletivo por motivo de frequência de ação de formação.

As Despesas de transporte, alojamento e acolhimento, o seu pagamento será efetuado mediante a apresentação de comprovativo e sujeitas a parecer e autorização superior.

Os encargos previstos com despesas de transporte e alimentação não podem ultrapassar o valor de 75% do IAS - 360,32€.

Portaria Regulamentadora, Portaria nr. 60-A/2015 de 2 de Março, atualizada pela Portaria nr 175/2018 de 19 de Junho.